

EMPRESAS TRANSNACIONAIS E QUESTÕES AMBIENTAIS: A ABORDAGEM DO REALISMO CRÍTICO¹

Ana Lúcia Guedes

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Fundação Getúlio Vargas-RJ

RESUMO

Este artigo relata resultados de uma pesquisa, baseada em premissas empíricistas e positivistas, que investigou os discursos e práticas ambientais de empresas transnacionais (ETNs) no Brasil. Na conclusão da pesquisa original tornou-se claro que o uso de teoria crítica teria possibilitado melhor entendimento das práticas ambientais de ETNs. Dessa forma, demonstra-se, com base nos dados obtidos na pesquisa de campo realizada no Brasil, que o realismo crítico é uma abordagem mais útil para explicar as práticas ambientais de ETNs em países em desenvolvimento. Ao final, a autora sugere que análises baseadas em abordagens realistas são necessárias, visto que as ETNs são os principais responsáveis pela geração e disseminação de conhecimento gerencial e tecnológico relacionado às questões ambientais em inúmeros setores industriais.

PALAVRAS-CHAVE: *empresas transnacionais; questões ambientais; teorias de Relações Internacionais; realismo crítico.*

I. INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa original (GUEDES, 1998) era investigar, com o auxílio de uma abordagem interdisciplinar, por que e como as empresas transnacionais (ETNs) adotam e implementam políticas ambientais nas suas subsidiárias em um dado país em desenvolvimento. Seguindo premissas empíricistas e positivistas, a revisão da literatura sobre políticas e práticas ambientais² corporativas foi realizada antes da pesquisa de campo no Brasil. Essa revisão resultou em referencial analítico baseado em um conjunto de variáveis, que foram organizadas em quatro níveis de análise: (a) internacional, (b) nacional, (c) industrial e (d) organizacional. A decisão de realizar uma investigação com múltiplos

níveis de análise resultou no desenvolvimento de uma abordagem interdisciplinar.

A pesquisa de campo foi iniciada em 1996 e totalizou aproximadamente 40 horas de contato direto com gerentes, nos níveis da matriz e das subsidiárias, de oito empresas selecionadas³. O desenho original da amostra baseava-se em estratificação entre contextos nacionais (incluindo EUA, Inglaterra e Alemanha) e setores industriais (incluindo químico, farmacêutico, produtos de limpeza e higiene, e fumo).

A coleta de dados primários e secundários seguiu três fases: primeiro, nos países de origem; segundo, nas subsidiárias brasileiras, e, terceiro, em agências ambientais governamentais, associações industriais e organizações não-governamentais (ONGs) ambientais no Brasil. Nessas fases, a coleta de dados primários foi feita por meio de entrevistas diretas semi-estruturadas. Nas empresas, os entrevistados eram os responsáveis, nos níveis corporativo e operacional, pelo gerenciamento ambiental.

¹ Versão preliminar deste artigo foi apresentada na conferência *New Nature, New Cultures, New Technologies* do *Research Committee on Environment and Society* da *International Sociological Association*, realizada em Cambridge, Inglaterra, de 5 a 7 de julho de 2001. A autora agradece os comentários dos pareceristas anônimos da *Revista de Sociologia e Política*.

² Políticas ambientais corporativas são conceituadas aqui como amplos princípios declarando as decisões estratégicas das empresas em relação ao gerenciamento dos seus impactos ambientais.

³ As empresas selecionadas foram: DuPont, Basf, Zeneca, Eli Lilly, Hoechst Marion Roussel, Glaxo, British American Tobacco e Reckitt & Colman.

O roteiro de entrevista foi enviado com antecedência objetivando a familiarização pelos entrevistados. No entanto, um aspecto peculiar surgiu: os entrevistados somente liam os roteiros no início dos encontros, o que acabou sendo evidência de uma característica comum de gerentes brasileiros. Ao contrário do comportamento disciplinado dos gerentes britânicos, a forma mais confiável de contatar gerentes brasileiros era pessoalmente ou por telefone. Isso ampliou os procedimentos da pesquisa de campo ao mesmo tempo em que, inesperadamente, forçou o desenvolvimento de uma postura menos positivista em geral e o interesse pela epistemologia do realismo crítico (BHASKAR, 1975). A coleta e análise dos dados concentrou-se principalmente na triangulação de fontes de dados e método (MILES & HUBERMAN, 1994) e por essa razão durante esta fase várias fontes foram contatadas no Brasil e na Inglaterra.

A pesquisa de campo no Brasil, que havia sido considerada arriscada e demandante de tempo pelos orientadores, foi executada em quatro meses e foi também surpreendentemente interessante. As entrevistas com gerentes brasileiros foram mais longas e o acesso a outras fontes de evidência foi facilitado por acadêmicos, políticos, funcionários públicos e relatos não gravados dos gerentes. Apesar do volume e qualidade dos dados coletados durante a pesquisa de campo no Brasil a coleta de dados quantitativos adicionais foi solicitada pelo orientador. Nesse estágio questionou-se se gerentes de subsidiárias em países em desenvolvimento eram fontes confiáveis de evidência, apesar de todos os outros desafios para a condução de pesquisa internacional (USUNIER, 1996).

Quando se iniciou a pesquisa original, havia algumas evidências de que uma abordagem epistemológica distinta do positivismo poderia desafiar alguns aspectos centrais da literatura focada em questões ambientais e ETNs. Existem algumas questões — como, por exemplo, a ausência de valores compartilhados e a filosofia gerencial para questões ambientais — que são relevantes para o entendimento da efetividade das políticas ambientais corporativas em países em desenvolvimento. O gerenciamento não é destituído de cultura e valores; por isso, é necessário levá-los em consideração. Adicionalmente, é relevante notar a existência de vasta quantidade de estudos normativos e prescritivos na literatura sobre negócios e gestão (como, por exemplo, SCHMIDHEINY, 1992; BENNETT, FREIERMAN & GEORGE, 1993;

DESIMONE & POPOFF, 1997), que fornecem várias abordagens para pesquisas sobre gerenciamento ambiental, todas tendo em comum a definição “objetiva” de padrões de comportamento baseados em desempenho ambiental.

Mais especificamente, existe evidência de que as ETNs, nos níveis das matrizes e das subsidiárias, têm exagerado na prestação de contas das suas melhorias ambientais em países em desenvolvimento, com a exploração de dados agregados nos relatórios ambientais. Adicionalmente, a contradição entre comprometimento retórico, sem o efetivo comprometimento do alto escalão gerencial, e pressões de curto prazo, particularmente por desempenho financeiro, permanece sem solução nas subsidiárias.

A pesquisa original estava constrangida pelo princípio, positivista, de que a prática científica não deve validar julgamentos de valor. Conseqüentemente, proposições teóricas foram desenvolvidas de acordo com a regra de lógica formal de construção de hipóteses antes da fase empírica. Apesar desse rigor metodológico, em termos práticos a investigação baseava-se em premissas de valor quando os textos científicos foram selecionados (MILES & HUBERMAN, 1994, p. 04-08). Esse aspecto baseia-se na tradição weberiana que afirma que uma teoria social satisfatória deve levar em consideração tanto os significados quanto as causas do fenômeno social (SKINNER, 1985, p. 06). De fato, o cientista social “não vai para o campo como uma *tabula rasa* e retorna com um relato” (Outhwaite *apud* SKINNER, 1985, p. 29) do que provavelmente é o desempenho gerencial de uma “subsidiária brasileira”.

Em termos metodológicos, é relevante notar que a pesquisadora era duplamente *insider* - como brasileira e como entrevistadora. Alguns autores (EISENHARDT, 1989; YIN, 1994) afirmam que o conhecimento do *insider* sobre como o contexto opera tende a ser útil durante a coleta de dados. Essa proposição foi confirmada quando a coleta dos dados e o refinamento do projeto da pesquisa foram, simultaneamente, realizados. No entanto, ser um *insider* durante a análise dos dados pode ser problemático. A principal questão é a dificuldade em manter a objetividade (ou imparcialidade, segundo a abordagem positivista) quando alguns resultados parecem não se correlacionar com a “realidade teórica” expressa na literatura, na sua maioria produzida em contextos sócio-econômicos particulares. Existem alguns aspectos relevantes

dos dados que parecem somente visíveis aos *insiders*⁴.

Segundo a literatura sobre estudo de caso (EISENHARDT, 1989; RAGIN & BECKER, 1992; YIN, 1994), os dados coletados deveriam levar em consideração aspectos peculiares da amostra, como a cultura local. Isso deveria ser tratado como um aspecto central, visto que o projeto de pesquisa previa pesquisa comparativa (OYEN, 1992). No entanto, houve dificuldade para convencer os orientadores de que os gerentes das subsidiárias seriam a principal fonte de dados primários na investigação da implementação de políticas ambientais corporativas. Isso não combinava com as altas expectativas de acadêmicos culturalmente enraizados na área de relações internacionais. Em outras palavras, os principais *outsiders* de interesse para o projeto de pesquisa original, especificamente os orientadores no Reino Unido, desafiaram a tarefa analítica porque os padrões de comportamento identificados nas subsidiárias brasileiras não podiam ser generalizados analiticamente.

Ao final da execução do projeto de pesquisa, os desafios, mencionados acima, resultaram no questionamento de vários pontos relacionados com a prática de pesquisa em relações internacionais, como segue: (a) a autoridade do pesquisador para analisar e tirar conclusões dos dados em estudos comparativos, visto que o relato final usualmente exclui a descrição dos estudos de caso (de acordo com Stake (1994), essa descrição poderia permitir ao leitor aprender diretamente dos casos); (b) a extensão pela qual a assimetria das relações de poder entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (chamada por alguns teóricos de relações Norte-Sul) é ainda central para investigações que sigam um modelo de pesquisa similar, e (c) a tarefa de tradução do significado mobilizado pelos gerentes de subsidiárias no Brasil frente às teorias que abordam ETNs, de modo acrítico, como meras “firmas”.

⁴ Esse aspecto pode ser ilustrado pela linguagem corporal e pistas não-verbais, valores compartilhados, informação não-gravada contradizendo as evidências anteriores, acesso à burocracia pública e, finalmente e talvez mais importante, a narrativa impregnada pelo contexto (THOMPSON, 1981). Esse último aspecto significa um “realismo mágico” (ANGULO, 1995) no contexto latino-americano, isto é, a narrativa dos entrevistados é usualmente permeada por esse estilo literário.

Finalmente, cabe mencionar que os desafios da pesquisa original tornaram ainda mais claro que o uso de teoria crítica teria possibilitado melhor entendimento das práticas ambientais de ETNs no Brasil. Dessa forma, o objetivo do presente artigo é demonstrar, com base nos dados obtidos na pesquisa de campo realizada no Brasil, que o realismo crítico é uma abordagem mais útil para explicar as práticas ambientais de ETNs em países em desenvolvimento.

II. REVISÃO DE LITERATURA

II.1. A abordagem do realismo crítico

O realismo crítico⁵ é uma versão do realismo, largamente decorrente do trabalho de dois filósofos da ciência social contemporâneos: Roy Bhaskar (1975) e Rom Harré (HARRÉ & SECORD, 1972). A crescente influência desta abordagem resultou em um compêndio organizado por Archer *et alii* (1998)⁶.

O realismo crítico⁷, entendido como epistemologia alternativa, baseia-se em três argumentos básicos. Primeiro, a realidade a que as teorias científicas primariamente objetivam referir-se é constituída pelas estruturas e mecanismos do mundo, ao invés de eventos empíricos. As estruturas são definidas como conjunto de objetos internamente relacionados e os mecanismos, como formas de agir (ver SAYER, 1992). Os objetos estão internamente relacionados em uma estrutura no sentido de que sua identidade depende da relação deles com outros componentes da estrutura. Segundo, as estruturas e os mecanismos subjacentes são apenas contingentemente relacionados a eventos empíricos observáveis. Terceiro, o conhecimento científico

⁵ Ver Hamlin (2000) sobre as implicações da adoção de tal abordagem na prática da pesquisa social, especialmente na Sociologia.

⁶ A revisão de literatura feita nesta seção deriva dessa fonte. A abordagem crítica sugerida no presente artigo não deve ser confundida com a teoria crítica de inspiração marxista (ver LINKLATER, 1996) nem com a teoria crítica pós-moderna (ver BROWN, 1994).

⁷ O realismo crítico tem sido adotado pela área de relações internacionais como filosofia que permite resgatar radicalmente a realidade (ver PATOMÁKI & WIGHT, 2000, p. 223) e como epistemologia alternativa para o desenvolvimento de abordagens pós-positivistas em teoria internacional (ver SMITH, BOOTH & ZALEWSKI, 1996, p. 37). Dessa forma, o realismo proposto pelo presente artigo difere da abordagem realista estrutural em relações internacionais.

da realidade social nunca é desprovido de erros, embora ainda seja possível obter conhecimento por meio da construção criativa e teste crítico de teorias.

Os realistas críticos argumentam que a descoberta não é um conceito neutro ou “natural” (ver ARCHER, 1995, p. 16). Eles argumentam que a natureza do que existe, ou do que supostamente existe, não pode ser desvinculada de como ela é estudada. Uma questão central é que pesquisadores em geral não elaboram a respeito da importância dos conceitos usados para descrever a realidade nos seus relatos. É provável, então, que os significados de ações e eventos observáveis sejam dados por pesquisadores ao invés de pelos próprios praticantes. Isso reproduz a chamada crise de representação em pesquisa social (DENZIN, 1994, p. 503).

Dessa forma, este artigo concorda com o argumento de que os conceitos não devem receber significados pelo papel que possuem em um dado referencial teórico porque isso significa que as teorias precedem a observação (CHALMERS, 1982, p. 27; STAKE, 1994). Além disso, concorda com o argumento de que “os resultados de pesquisa social científica possuem potencial para influenciar os próprios objetos de investigação” (LAWSON, 1998, p. 145). Embora reconheçamos que os experimentos em ambientes sociais não possuem as mesmas características de “controle” como nos ambientes naturais, o realismo crítico sustenta que a investigação deve começar pela perspectiva dos agentes. O principal argumento é que as “estruturas sociais, diferentemente das estruturas naturais, não existem independentemente da concepção dos agentes do que eles estão fazendo em suas atividades” (BHASKAR, 1989, p. 38).

Por essa razão o significado mobilizado pelos gerentes de subsidiárias no Brasil e a correspondente difícil tarefa de tradução foram considerados como problemas metodológicos a serem solucionados pelo pesquisador na prática da pesquisa. Essa posição reflete de fato um problema crucial em pesquisa social: de uma forma ou de outra a relação entre pesquisador, pesquisa e pesquisado é permeada por motivos políticos e ideológicos (BLAIKIE, 1993, p. 210-215).

II.2. Empresas transnacionais e questões ambientais

Nos anos 1980, a ocorrência de alguns acidentes gerou uma forte resposta em termos de preocupação

ambiental. Miller (1995, p. 37) afirma que as ETNs “lançaram uma campanha de relações pública que adotava a linguagem do movimento ambientalista”. Mais surpreendente, no entanto, eram as alegações das ETNs de estarem ajudando os países em desenvolvimento a alcançar o desenvolvimento sustentável. Miller (*idem*, p. 35-36) enfatiza que as ETNs são um dos principais atores ambientais; por isso, elas podem influenciar a adoção e o cumprimento de regulação ambiental em países em desenvolvimento como resultados de negociações para atrair novos investimentos diretos estrangeiros.

Em 1992, o Brasil foi sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (chamada de ECO-92); todavia, persistiram neste evento distintas agendas entre os países industrializados (focada na destruição da camada de ozônio, no aquecimento global, na chuva ácida e no desflorestamento) e os países em desenvolvimento (enfatizando as ligações entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico). A novidade dessa Conferência, se comparada com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, foi o grande número de representantes de organizações não-governamentais, de representantes das ETNs⁸ e a ampla cobertura da mídia (*idem*, p. 9).

É possível identificar o envolvimento de múltiplos atores (como por exemplo, organizações internacionais intergovernamentais, estados, ONGs e ETNs) na política ambiental internacional nos anos de 1990. Entretanto, Keohane e Nye (1989, p. 4) já haviam indicado, na década de 1970, a importância da multidimensionalidade econômica, social e ambiental da interdependência. Os autores também argumentavam a respeito da necessidade de coordenação política internacional para questões ambientais, apesar de sugerirem que a cooperação nessas questões seria difícil. Uma das condições da interdependência complexa apresentada por eles são os múltiplos canais de contato entre as sociedades; nesse caso, as ETNs são relevantes tanto como atores independentes quanto como instrumentos influenciados pelos governos.

Hurrell e Kingsbury (1992, p. 10) ressaltam que os estados não são os únicos atores impor-

⁸ Ver Bruno (1992) para uma visão crítica do papel das associações empresariais na ECO-92.

tantes na política ambiental internacional. No entanto, indicam que o gerenciamento ambiental global demanda altos níveis de cooperação e coordenação política entre os estados. Por isso, implica um desafio politicamente sensível “porque envolve a criação de regras e instituições que incorporem noções de responsabilidades e deveres compartilhados” (*idem*, p. 6). Além disso, existem implicações, em termos de reformas, para o nível doméstico, elevando a conscientização ambiental e mudando as atitudes e estilos de vida dos indivíduos (*idem*, p. 9).

É também relevante mencionar que a difusão do “pensamento verde” disseminada pelos meios de comunicação globais resulta das ações de ONGs ambientais. Miller (1995) indica que a maioria das ONGs ambientais localiza-se em países industrializados, mas o número de tais ONGs nos países em desenvolvimento tem crescido. Apesar do fato de que essas ONGs ainda não alcançaram a influência internacional daquelas originárias dos países industrializados, elas têm sido capazes de influenciar as políticas domésticas e as decisões governamentais na política ambiental internacional.

De maneira similar, o estudo de Princen e Finger (1994) ilustra como as ONGs expandiram-se nos países em desenvolvimento desde o início da década de 1980, incluindo um amplo conjunto de interesses, tais como direitos ambientais, humanos e das mulheres. O combate ao desflorestamento da Amazônia é um bom exemplo do relevante papel desempenhado por grupos transnacionais de ecologistas e ativistas na pressão internacional exercida sobre o governo brasileiro.

Adicionalmente, Miller (1995, p. 11) afirma que devido à crescente interdependência econômica e ecológica, organizações internacionais e ONGs têm sido cruciais na integração de países em desenvolvimento ao sistema mundial. No entanto, os interesses das organizações internacionais e ONGs são provavelmente mais consistentes com a agenda dos países industrializados do que com a agenda dos países em desenvolvimento. Considerando especificamente ONGs ambientais, Princen e Finger (1994) afirmam que as suas atividades são frequentemente focadas em problemas ambientais específicos (tais como o uso de pesticidas ou a degradação de ecossistemas, como, por exemplo, florestas tropicais ou áreas geográficas como a Antártida e o Mar do Norte) com o propósito de manter limites viáveis de atuação.

Mais especificamente, com relação às práticas ambientais de ETNs, um estudo da *United Nations Transnational Corporation Management Division* (UNTCMD, 1993) confirmou a importância do contexto de origem das ETNs. O estudo indicou que “o contexto legal do país de origem da corporação explica as variações entre regiões [neste caso entre Europa, América do Norte e Ásia] em termos de práticas de gerenciamento ambiental, de saúde ocupacional e de segurança”. Cabe destacar que tais regulamentações aplicam-se aos contextos nacionais específicos. Isso significa que as políticas ambientais dos países de origem não devem ter nenhum tipo de efeito coercitivo no contexto do país de operação. Gladwin (1987, p. 23) afirmou que qualquer tentativa dos países de origem das ETNs de estender as regulamentações ambientais extra-territorialmente era baixa devido a problemas diplomáticos. Por outro lado, apesar das críticas quanto à imitação, países em desenvolvimento⁹ formularam políticas ambientais¹⁰ com base nas experiências dos países industrializados.

De qualquer forma, as políticas regulatórias dos países de origem das ETNs estão indiretamente presentes nos países de operação. A pesquisa da UNTCMD (1993, p. 93) encontrou evidências de que as práticas ambientais, de saúde ocupacional e de segurança das ETNs em países em desenvolvimento refletem as do país de origem da empresa. Birdsall e Wheeler (1993, p. 137) indicam que a liberalização do comércio e o aumento de investimentos estrangeiros na América Latina não têm sido associados ao desenvolvimento de indústrias intensivas em poluição. No entanto, a extraterritorialidade de padrões ocorrerá porque a forma mais barata, para as ETNs, de evitar a ameaça de futuras

⁹ Por exemplo, Monosowski (1989) critica a política ambiental brasileira adotada no final da década de 1970 pela ausência de estudos prévios para identificar as características dos ecossistemas locais e a importação de padrões americanos (para emissões de poluentes industriais).

¹⁰ O relatório da United Nations Centre of Transnational Corporations (UNCTC) (1985, p. 23) afirma que poucos estudos foram além do nível conceitual na tentativa de definir as diferenças internacionais nas capacidades assimilativas do ambiente local. Por isso, a premissa de que países em desenvolvimento podem ter uma capacidade maior de assimilação de poluição é controversa. Finalmente, a elevada preocupação ambiental nos países industrializados, traduzida na regulamentação de políticas ambientais, era muito fortemente correlacionada com a renda *per capita*.

regulamentações é adotar os padrões que prevalecem nos países de origem¹¹.

Dryzek (1997, p. 138) reconhece que na década de 1970 “a maioria das inovações em políticas ambientais foram feitas nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, e depois copiados nos demais países”. Uma diferença crucial, entre os Estados Unidos e o Reino Unido, é o acesso público a informação das autoridades ambientais. Na Inglaterra esse direito não é automático, visto que a execução da política é feita por meio de consultas seletivas com as partes interessadas. Ao contrário, nos EUA a informação tem estado disponível para o público desde 1966 (O’RIORDAN, 1981). Similarmente, Friends of the Earth (1992) reconhecem que o “princípio do direito de saber” do público não faz parte das políticas ambientais na Europa. Esse relatório sugere que empresas européias seguem tal prática nas subsidiárias nos EUA — onde a divulgação de informações é uma exigência legal —, mas não na Europa.

O relatório do *United Nations Environmental Program* (UNEP AND SUSTAINABILITY, 1994, p. 24) afirma que a cobertura geográfica dos relatórios ambientais das ETNs tem-se limitado ao país de origem. A pesquisa do UNEP encontrou duas abordagens distintas de relatório corporativo ambiental, chamados simplifadamente de modelos “anglo-saxão” e “Reno”. O modelo anglo-saxão, seguido pela maioria das empresas norte-americanas e britânicas, “possui no seu núcleo uma declaração de política ambiental, descrição de práticas gerenciais e um inventário de emissões”. Ao contrário, o modelo Reno, seguido por várias empresas escandinavas e alemãs, “é baseado no ecobalço de entradas e saídas ambientais ao longo do ciclo de vida” dos processos produtivos (*idem*, p. 28).

A plausibilidade da futura convergência de abordagens entre os dois modelos é, no entanto, estrangida por estilos gerenciais que refletem aspectos sócio-políticos e culturais. O caso americano é muito ilustrativo porque a introdução de requerimentos legais de divulgação (como o *Toxic Release Inventory* e aqueles da *Securities and*

Exchange Commission) formam o contexto em que as empresas têm desenvolvido os próprios pro-gramas voluntários de relatórios ambientais (*idem*, p. 62). Da mesma forma, a União Européia adotou (em 1993) uma regulamentação sobre gerenciamento ambiental e sistemas de auditoria, elaborados para encorajar as empresas a avaliarem voluntariamente suas operações em cada unidade produtiva e divulgarem um relatório ao público.

Existe amplo reconhecimento de que as ETNs não incorporaram voluntariamente (na ausência de pressões externas) questões ambientais (ver UNTCMD, 1993). Entretanto, é possível sugerir que ações voluntárias podem legitimar os interesses das ETNs (ver BODDEWYN, 1988). Em outras palavras, as ETNs podem usar a preocupação ambiental tanto para melhorar sua imagem quanto para explorar oportunidades mercadológicas como os novos negócios em gerenciamento ambiental. Isso decorre do fato de que as preocupações das empresas são de natureza mais instrumental com forte viés de lucratividade no curto prazo.

Gladwin e Walter (1980, p. 428) reconheceram, em estudo pioneiro realizado há mais de vinte anos, que a tradução de problemas ambientais existentes ou previstos em políticas ambientais corretivas ou preventivas dependem fortemente de fatores sociais e políticos. Mais especificamente, preferências sociais são cruciais na definição de como um problema ambiental é percebido, interpretado e visto como prioritário. As mesmas escolhas sociais aplicam-se à qualidade ambiental, ainda que as sociedades possam diferir nas suas visões do que é um nível aceitável de qualidade ambiental. Os autores indicam que, com relação às questões ambientais, os principais oponentes das práticas das ETNs são grupos de interesse e autoridades.

Isso porque as estruturas que constroem as ações das ETNs são usualmente mecanismos legais (como reclamações e processos), instrumentos administrativos (como proibições, interdições e investigações) e comunicação (como manifestações públicas, publicações e campanhas). O estudo de Gladwin e Walter havia indicado que as ETNs não estavam preparadas para lidar com conflitos, particularmente aqueles associados a grandes crises e acidentes, demonstrando falhas internas e externas de comunicação que intensificaram e perpetuaram conflitos.

No caso da poluição industrial as pressões surgem especificamente de grupos de interesse

¹¹ Garcia-Johnson (2000) enfatiza que, dependendo da visão de mundo ou ideologia, a exportação do “voluntarismo ambiental corporativo” das empresas norte-americanas pode ser motivo de preocupação ou de otimismo.

locais (tais como sindicatos, consumidores e ONGs). Esses grupos são as forças influenciando o governo, que possui o poder de intervir nas atividades das empresas, ao formular leis e regulamentos para preservar o ambiente.

Na década de 1980, Pearson (1985) reconheceu as fraquezas de agências ambientais em países em desenvolvimento, quando comparados às autoridades locais que lidam com investidores estrangeiros. A explicação dessa fraqueza baseia-se no fato de que as agências ambientais são inadequadas em termos de capacidade técnica e destituídas de poder político. Existem também dificuldades para regulamentar as leis e impor seu cumprimento. É nesse estágio que emergem os problemas com corrupção (*idem*, p. 78).

Quase uma década depois, Brown *et alii* (1993, p. 206) afirmaram que as subsidiárias em países em desenvolvimento apresentam desempenho inferior, devido à menor rigidez legal, quando comparadas às subsidiárias situadas nos países de origem. Os resultados de Pimenta (1987, p. 220) ilustram a relação entre multinacionais e o governo no Brasil. O autor conclui que as multinacionais não são discriminadas por parte da legislação e do governo; respondem rapidamente quando solicitadas a resolver problemas ambientais e possuem políticas, práticas e técnicos para questões ambientais.

Em resumo, o artigo assume que a legislação do país de operação para o controle da poluição industrial constrange as práticas das subsidiárias por duas razões. Primeiro, as ETNs precisam manter suas operações em funcionamento e a agência ambiental tem o poder de fechar temporariamente as unidades que estejam fora dos padrões. Segundo, as ETNs objetivam manter sua imagem intacta para evitar a emergência de pressões de jornalistas, políticos, ONGs e consumidores.

No entanto, em decorrência da relação com a matriz as subsidiárias podem agir como introdutoras de mudanças (principalmente por meio de práticas gerenciais) no contexto do país de operação (ver ROSENZWEIG & SINGH, 1991). A influência da matriz é baseada na premissa de que as subsidiárias atuam em um ambiente que inclui outras subunidades dentro da organização, o que as torna dependentes de decisões estratégicas centralizadas. Além disso, os contextos nacionais estão cada vez mais interdependentes, influenciando uns aos outros por meio de vários atores e mecanismos. Nesse caso, as ETNs podem tornar-se agentes de

mudança ou mecanismos pelos quais distintos contextos nacionais chegam a influenciar-se uns aos outros.

Os mecanismos regulatórios nacionais constituem-se em importante força na definição do ambiente organizacional, ao mesmo tempo em que possuem importância variável para diferentes elementos da estrutura e do processo organizacionais. Por exemplo, tecnologia e competitividade podem ser afetadas por fatores globais, mas distintas características da nação afetam outros elementos. Ghoshal e Westney (1993, p. 12) afirmam que a multinacional consiste em um número de subsidiárias nacionais, que podem compartilhar algumas características de outros contextos nacionais em virtude de interdependências em diferentes aspectos das relações entre organização e ambiente externo.

Devido a tais interdependências, as questões ambientais tornaram-se um aspecto estratégico das atividades das ETNs (FISCHER & SCHOT, 1993; SMITH, 1993). O impacto da questão ambiental nas empresas é alto o bastante para colocar em risco os elementos centrais dos negócios ou para fundamentalmente alterar a estrutura de custo da empresa. Adicionalmente, gerentes têm considerável liberdade de decisão sobre como responder aos desafios ambientais. O relatório da UNTCMD (1993, p. 168) identificou ao menos quatro abordagens distintas de gerenciamento que estão sendo usadas por ETNs (como por exemplo, orientada para cumprimento legal, preventiva, gerenciamento ambiental e gerenciamento do desenvolvimento sustentável).

De fato, Gleckman (1995) afirma que há algum reconhecimento recente dos impactos ambientais por parte das ETNs. No entanto, a preocupação ambiental das ETNs não corresponde às ações, no sentido da integração total de questões ambientais na estratégia de negócio. Em outras palavras, a elevada preocupação ambiental, por meio de declarações retóricas ou mesmo pelo estabelecimento de políticas ambientais corporativas, não é seguida de ações ou mudanças de comportamento mediante a implementação das políticas da corporação.

O relatório da UNTCMD (1993, p. 60) concluiu que somente 45% das empresas investigadas têm planos formais entre matrizes e subsidiárias para a coordenação dos esforços ambientais, de saúde ocupacional e segurança. Mais especificamente, a

pesquisa mostrou que havia, no início da década de 1990, grande concentração de formalização de práticas ambientais, de saúde e segurança nos países de origem. Segundo Gladwin (1993, p. 55-56) o foco da vasta maioria das pesquisas sobre “esverdeamento da indústria” é nos países ricos. Entretanto, o gerenciamento ambiental nesses países pode não ser suficiente para garantir um mundo ambiental e socialmente seguro. Existe a necessidade de direcionar oportunidades econômicas, tecnologia, capital e suprimentos para serviços sociais básicos para os países pobres. Por essas razões, as subsidiárias de ETNs tornam-se “um potencial agente de mudança” devido ao escopo global de suas atividades.

No nível organizacional os determinantes mais relevantes de prática e desempenho ambiental, segundo Levy (1995), são comprometimento gerencial e motivação. Isso engloba a inclusão de questões ambientais no planejamento estratégico, nos incentivos pessoais e na alocação formal de responsabilidade para afiliadas. Finalmente, Rappaport e Flaherty (1992) indicaram os fatores que impedem a melhoria das questões ambientais, de saúde e segurança em empresas norte-americanas, como segue: (a) foco em lucratividade de curto prazo; (b) estrutura gerencial; (c) ausência de pessoal, e (d) ausência de incentivos. Surpreendentemente, os resultados sugerem que as barreiras institucionais e gerenciais são maiores que as tecnológicas.

Em resumo, a literatura focada em ETNs, ambiente e países em desenvolvimento, produzida em sua maioria em países desenvolvidos a partir de 1980, subordina a incorporação de questões ambientais por parte das ETNs às pressões externas das autoridades e dos ambientalistas. Adicionalmente, no nível organizacional, questões institucionais e gerenciais são apontadas como barreiras maiores do que aquelas de caráter tecnológico.

II.3. Empresas e questões ambientais no Brasil

A ECO-92 exerceu um importante papel ao elevar a preocupação da sociedade brasileira às questões ambientais. Apesar de pressões internacionais anteriores com relação a desmatamento e demarcação de terras indígenas na região Amazônica, a Conferência materializou estas pressões para um maior segmento da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que intensificou a pressão doméstica na comunidade empresarial e nas autoridades locais. Outra grande influência internacional nas políticas

ambientais brasileiras ocorreu por meio das ONGs locais, visto que elas tornaram-se financeiramente dependentes de ajuda externa¹².

De fato, isso resultou em uma situação enganosa e politicamente perigosa. As ONGs internacionais objetivam participar de projetos definidos pelas instituições brasileiras, mas também estabelecer o espaço delas e influenciar a discussão da política pública no Brasil. Miller (1995) tem um argumento similar, isto é, afirma que as ONGs de países industrializados influenciam a política pública de países em desenvolvimento de acordo com os próprios interesses, mais próximos dos interesses dos governos e sociedades de origem e deixam de ter consideração pelos interesses, experiências e cultura locais. A ausência de ONGs ambientais (locais e internacionais)¹³ com interesses em poluição industrial no Brasil pode ser uma evidência de tal fenômeno. A maioria das ONGs locais está focada nas mesmas questões das ONGs internacionais¹⁴.

De maneira mais pragmática, a comunidade empresarial estava particularmente interessada nas oportunidades de negócios que resultaram da crescente preocupação ambiental. Essas oportunidades eram, especificamente: gerenciamento de resíduos e tecnologia de controle de poluição; energia renovável; saneamento básico; produtos orgânicos, e reciclagem de materiais industriais. Além disso, alguns setores industriais exportadores para países industrializados enfrentam normas rígidas de qualidade de processo e produto. Adicionalmente, a inclusão de representantes das empresas no movimento ambiental gerou doações para

¹² Aproximadamente 80% do orçamento dos principais grupos ambientais brasileiros resultam de doações (tais como associações em projetos, campanhas para questões globais e projetos locais) de ONGs internacionais (ver MILLER, 1995).

¹³ As exceções são a SOS Mata Atlântica (em São Paulo) e a Associação Mineira de Defesa Ambiental, das quais somente a última é exclusivamente voltada à poluição industrial no estado. A primeira tem interfaces com poluição industrial (principalmente ar e água) devido aos projetos de recuperação da floresta costeira e do Rio Tietê e foi pioneira ao aceitar publicamente doações de empresas.

¹⁴ Os escritórios brasileiros da World Wide Fund for Nature (WWF) e da Greenpeace confirmaram que as respectivas agendas não incluem poluição industrial (também chamadas de *brown issues*). A WWF preocupa-se com a proteção do ambiental natural e dos índios, e as ações da Greenpeace estão focadas no desmatamento da Amazônia e em energia nuclear.

projetos ambientais de ONGs profissionais, e a criação em 1991 do Conselho Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável¹⁵ pelas empresas que declararam seguir esse conceito.

Com relação às iniciativas da comunidade empresarial no Brasil, deve-se mencionar que elas foram altamente influenciadas pelos padrões ambientais de países industrializados, como consequência tanto da abertura da economia brasileira nos anos 1990 como da existência de barreiras ambientais nos mercados de exportação. No entanto, visto que melhorias ambientais representam custos, a maioria das empresas, ao longo dos anos 1990, estava no estágio de não-cumprimento da legislação brasileira. Por essa razão, era principalmente no nível retórico que a preocupação ambiental cresceu dentro da comunidade empresarial.

Em resumo, uma questão central para o ambientalismo brasileiro desde o início dos anos de 1990 é o tipo de desenvolvimento sustentável que deve ser seguido, devido às posições conflitantes (explícitas nas distintas noções de tempo e espaço) dos atores envolvidos. Entretanto, existe ainda uma lacuna entre discurso e prática na sociedade brasileira. Por exemplo, a ausência de preocupação ambiental dos consumidores nos mercados brasileiro e sul-americano posterga melhorias ambientais nas operações industriais¹⁶.

III. PRINCIPAIS RESULTADOS E DESCOBERTAS

Neste tópico são descritas e analisadas as descobertas da pesquisa. Elas ilustram como e porque as teorias locais¹⁷ dos gerentes podem ter mais impacto nas teorias acadêmicas (formais e universais) que vice-versa (BARTUNEK & LOUIS, 1996, p. 6). Elas também ressaltam que questões

15 Essa instituição desenvolve projetos e pesquisas sobre preservação ambiental e motiva empresas à incorporação de gerenciamento ambiental. Entre os fundadores estão grandes empresas domésticas e estrangeiras: Companhia Vale do Rio Doce, Caemi, Varig, Mannesman, Papel Simão, Ripasa, Aracruz, Acesita, Suzano e Shell.

16 Apesar das raras iniciativas governamentais para motivar a consciência ambiental da indústria e dos consumidores, a realidade é que os consumidores brasileiros não estão preparados para exercer pressão com base no poder de compra (FELDMANN & SODRÉ, 1995, p. 03).

17 Bartunek e Louis (1996, p. 05) afirmam que teoria não é uma prerrogativa exclusiva de acadêmicos. Mais especificamente, indivíduos e grupos são guiados por suas próprias

lingüísticas e profissionais impedem os pesquisadores de ouvir e tornar relevante para os membros dos escalões mais altos da academia aquelas teorias locais.

Em várias situações as incoerências dos relatos levaram a novas entrevistas. Como resultado, ocorreram várias situações em que houve dificuldade para selecionar o que considerar como mais plausível dentre os relatos de distintas fontes. Com o propósito de gerenciar este problema da pesquisa, foi usada uma vasta quantidade de informações secundárias e outras fontes além das gerenciais. No entanto, devido ao tipo de descobertas feitas, havia o temor na maior parte do tempo de que aquelas escolhas teriam que ser negociadas com os superiores — e realmente não foi fácil lidar com tais questões. Após a coleta dos dados foi possível identificar que os maiores obstáculos para o exercício dos postulados da epistemologia do realismo crítico residiam na academia. Inicialmente, os obstáculos eram as teorias sendo testadas. Mais tarde, foram descobertas limitações práticas e profissionais decorrentes não somente do cronograma e orçamento da pesquisa mas principalmente da não tão facilmente compreendida “governança acadêmica”.

Nesse sentido, um resultado surpreendente foi que os informantes brasileiros tinham menos dificuldade para revelar o uso de poder do que os informantes britânicos. Além disso, os informantes brasileiros mencionavam mecanismos causais que transcendem o domínio espacial convencional das empresas e os mais óbvios níveis correspondentes de análise. Mais especificamente, eles enfatizavam estruturas e mecanismos no nível da superestrutura, o que trouxe uma representação particular encoberta pelas teorias disponíveis, como será relatado a seguir.

Tais descobertas, resultantes do modelo de pesquisa, demonstram que a rígida definição das unidades e níveis de análise em pesquisa gerencial em geral é um obstáculo central para a lembrança

teorias, às vezes chamadas de “teorias implícitas”, outras de “teorias locais”. Dessa forma, teorias implícitas ou locais são um conjunto de regras heurísticamente desenvolvidas que pessoas usam para dar sentido às situações que elas comumente encontram, para balancear ações alternativas e considerar contingências ambientais que observam e experimentam.

e representação fidedignas, pois as perguntas feitas pelo pesquisador inevitavelmente corrompem os relatos e códigos lingüísticos dos informantes.

Neste artigo, foram selecionadas somente certas descobertas da pesquisa original. Como, por exemplo, alguns mecanismos entre o país de origem e o país de operação negligenciados pela literatura. Isso desafia as teorias utilizadas na revisão de literatura em dois aspectos: (a) essas teorias reproduzem a retórica de democracia visto que não problematizam as permanentes forças históricas dentro de e entre os estados nacionais nem a estratificação internacional, e (b) nessas teorias as ETNs são abordadas de modo acrítico, como simples “firmas”¹⁸.

Em outras palavras, os resultados mostram que a retórica e a ausência de transparência por parte das ETNs apóiam seus interesses econômicos nas questões ambientais e preservam sua imagem como atores destituídos de poder para influenciar os conceitos e práticas de gerenciamento ambiental.

III.1. Avaliação crítica da dicotomia país de origem-país de operação

Um aspecto relevante emergiu durante a análise dos dados: a diferença entre a retórica corporativa para questões ambientais e as práticas das ETNs em países em desenvolvimento. O caso Glaxo em particular é um exemplo de uma política ambiental corporativa ambiciosa e práticas incipientes no que era uma unidade de negócios marginal na América do Sul.

Dessa forma, é necessário estar atento para a natureza retórica (como sugerido por Dryzek (1997) e George (1994)) de afirmações das matrizes, porque as declarações feitas nos relatórios e políticas ambientais corporativos (referindo-se a “elevada preocupação ambiental”, “implementação uniforme entre as subsidiárias”, “comprometimento além dos requerimentos legais” etc.) não foram integral-

mente traduzidos em práticas (isto é, formalizados) nas subsidiárias brasileiras¹⁹.

Um outro aspecto relevante refere-se aos distintos níveis de análise, o que requer constante análise cruzada do contexto nacional para o internacional e vice-versa. As explicações obtidas no nível internacional relacionam-se muito mais a questões econômicas, isto é, ao mercado global e à competitividade, enquanto os estilos de regulamentação e gerenciamento são específicos do nível nacional. Conseqüentemente, as estruturas e características das indústrias químicas e farmacêuticas mundiais foram úteis para explicar as únicas fontes de pressões do nível internacional para o nacional nas práticas das subsidiárias.

Mais especificamente, a produção das subsidiárias nesses setores é direcionada para o mercado doméstico brasileiro. Além disso, os principais mercados das ETNs selecionadas estão localizados na América do Norte e Europa, bem como os principais acionistas. Por estas razões, o compromisso ambiental das ETNs com relação às operações em países em desenvolvimento (como o Brasil) é residual. Isso significa que não são prioritários. Então, é possível concluir que a preocupação ambiental para subsidiárias marginais nunca será relevante pelo seu próprio mérito ou devido a razões locais. Ao contrário, a preocupação ambiental é sempre conseqüência de interesses econômicos camuflados no nível corporativo da matriz²⁰.

O conflito de prioridades entre a corporação e suas afiliadas não são realmente um problema relevante na literatura sobre ETNs e o ambiente (com raras exceções, como SKLAIR, 1995). As discrepâncias em termos de gerenciamento, devido a aspectos culturais, não são sugeridas ou investigadas como questões relevantes. Uma outra exceção na literatura é Rappaport e Flaherty (1992, p. 34), quando elas sugerem que existe tensão entre matrizes e subsidiárias, em que problemas ambientais (visto que são específicos de cada fábrica)

¹⁸ Whittington (1989, p. 8) afirma que as “grandes corporações constituem-se em principais atores dentro da nossa sociedade, cujas estratégias têm grandes repercussões. Mas teorias determinísticas absolvem-nas de qualquer responsabilidade social pelas suas ações. Protegidas de questionamento interno pela hierarquia e de desafio externo pelo segredo comercial, a pequena elite controlando essas empresas protestam que eles são meramente serviçais da abstrata racionalidade econômica dos mercados”. No entanto “longe de serem dependentes do ambiente macro, essas firmas são forças ativas, determinando-o”.

¹⁹ Ver Garcia-Johnson (2000) para um relato das motivações na “exportação de ambientalismo corporativo” por parte das empresas norte-americanas.

²⁰ As multinacionais “ainda empregam dois terços da sua força de trabalho e produzem mais de dois terços dos seus resultados nos países de origem, os quais, no caso de 85% das multinacionais, são um dos membros ricos da OCDE” (THE WORLD'S VIEW OF MULTINATIONALS, 2000, p. 21).

podem ser particularmente desafiadores para esta relação.

As tentativas das ETNs de gerenciarem questões ambientais não reconciliam percepções e prioridades distintas. A ênfase das ETNs no gerenciamento ambiental global privilegia percepções e prioridades do topo (representado pelos negócios transnacionais) para a base (comunidades locais em países em desenvolvimento) sem tratar das idiossincrasias (THOMAS & WILKIN, 1997). Paradoxalmente, o padrão duplo das ETNs permanece inquestionável²¹, visto que todas as tentativas de regular suas operações e investimentos pelo mundo falharam (UNCTC, 1990; THOMAS, 1993; EDEN, 1994; GLECKMAN, 1995; MILLER, 1995).

Adicionalmente, uma questão crucial permanece sem resposta: por que as declarações retóricas feitas pelas matrizes nos países industrializados são consideradas fontes confiáveis e informações obtidas nas subsidiárias não são levadas em conta? Na realidade, nem os gerentes de subsidiárias nem os executivos das matrizes são fontes confiáveis de informação²², por isso a triangulação é necessária. Em outras palavras, a retórica das matrizes não é traduzida em práticas nas subsidiárias e as matrizes sistematicamente negam, por meio de mecanismos de relações públicas, a existência de questões críticas nas subsidiárias.

Assim, a retórica do compromisso ambiental é útil tanto para matrizes quanto para subsidiárias. Mais especificamente, a política ambiental corporativa é disseminada para as subsidiárias, mas a sua implementação deixa de ser responsabilidade da matriz devido ao modelo de gerenciamento descentralizado (como argumentado pelos casos

Zeneca e Glaxo). Existem declarações corporativas formais para questões ambientais, de saúde ocupacional e de segurança em todos os casos selecionados alegando que todas as subsidiárias no mundo estão preocupadas com essas questões. No entanto, as respectivas matrizes estão cientes da impossibilidade de melhorar o desempenho ambiental sem recursos ou frente a rígidas metas de lucratividade.

III.2. Narrativas da pesquisa de campo

Com base nos resultados empíricos, identificaram-se negligência e conflito na implementação das políticas ambientais corporativas; os gerentes locais têm consciência de que a corporação manipula ambos os aspectos. Por exemplo, a longa entrevista na subsidiária da Zeneca tornou possível “escapar” do roteiro de entrevista para consultar documentos internos, mas o gerente não estava confortável com a situação. De fato, o desconforto relacionava-se à ação legal movida pelo Ministério Público contra a empresa, como resultado de contaminação ambiental por agrotóxicos. Após a entrevista o gerente relatou, sem que fosse gravado, como a acusação foi feita contra a empresa, isto é, antigos gerentes da fábrica foram demitidos depois do término da fusão da Zeneca com a Imperial Chemical Industries. Essa informação foi posteriormente confirmada pela agência ambiental e pela associação industrial.

Essa situação enfatiza a vulnerabilidade do método de coleta de dados na definição de forças anteriores explicando o desempenho ambiental das subsidiárias, porque elas estão normalmente escondidas ou perdidas entre uma equipe gerencial e outra. Um outro aspecto relevante refere-se ao caso Glaxo. Mais especificamente, o diretor industrial estava desconfortável com a recomendação da matriz de fornecer informações sobre a implementação da política ambiental corporativa na subsidiária brasileira. Em outras palavras, o contato prévio com a matriz era considerado como um aspecto negativo do ponto de vista do diretor da subsidiária porque eles sabiam que a política não havia sido implementada.

No caso da DuPont, o roteiro de entrevista semi-estruturado foi evitado com base na explicação de que a perspectiva histórica da questão ambiental na corporação, seguindo postura de relações públicas, era mais importante para entender o desempenho ambiental da subsidiária. Conseqüentemente, a coleta de dados no nível corporativo da

²¹ Apesar das recorrentes declarações da mídia de que multinacionais ocidentais estão incorporando princípios éticos nos negócios, definindo códigos de conduta e assinando princípios internacionais como a Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável da Câmara de Comércio Internacional. Esse mesmo argumento foi feito textualmente duas vezes pela revista inglesa *The Economist* (June.24.1995 e July.20.1996).

²² Os estudos de caso piloto realizados na British American Tobacco e na Reckitt & Colman mostraram evidências de que as matrizes não estavam cientes das práticas das subsidiárias. No entanto, a prática da subsidiária correspondia à retórica da matriz no caso da British American Tobacco, mas não no caso da Reckitt & Colman.

subsidiária foi rica em detalhes sobre as práticas quando comparada a outros casos em que os dados foram coletados no nível da unidade produtiva.

Em outras palavras, os gerentes ambientais das unidades produtivas são mais específicos sobre práticas e procedimentos operacionais, ao mesmo tempo em que a pesquisadora teve a oportunidade (apesar da falta de experiência com processos operacionais) de visitar a fábrica (o que pode ser entendido como o uso de observação para levantamento de dados em estudo de caso, como sugerido por Eisenhardt — 1989). Em resumo, a coleta de dados no nível operacional das subsidiárias fornece evidências mais plausíveis de práticas ambientais.

O grau mais elevado de transparência e prestação de contas (incluindo a análise de conteúdo dos *web sites*) foi encontrado nos casos de empresas alemãs. No caso da Basf, é relevante notar que houve a tentativa de dirigir a entrevista para os tópicos, em que a revelação dos dados era possível. Além disso, a pesquisadora tinha familiaridade com esse caso de investigações prévias. No caso da Hoechst, não foi possível produzir evidência escrita das práticas da subsidiária em virtude da recente fusão. Entretanto, a análise das políticas ambientais do grupo Dow e do grupo Hoechst foi recomendada porque a política ambiental corporativa deveria ser um “híbrido” de ambas. Nesse caso, o gerente foi muito cuidadoso ao explicar as “áreas cinzas” entre a realidade e sua percepção.

Finalmente, os dados obtidos posteriormente, por meio de consultas dos *web sites* (realizadas em maio de 2001), confirmam os resultados anteriores: a ausência de divulgação de informações²³ e o caráter retórico das declarações feitas pelas empresas selecionadas. Os *web sites* das subsidiárias brasileiras raramente mencionam (com a exceção do da Basf) questões ambientais. Quando os comprometimentos ambientais são feitos, inexistem dados relacionados às metas, ao desempenho e a outros sistemas de avaliação. A informação é basicamente institucional (isto é, imagem) e relacionada a aspectos mercadológicos. Com relação a qualquer expectativa de divulgação ambiental via

internet, é relevante considerar que o uso da tecnologia de informação²⁴ não está disponível para aqueles que são os mais afetados pela poluição industrial nos países em desenvolvimento.

IV. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Este artigo demonstra que procedimentos metodológicos adequados, de acordo com as premissas do realismo crítico, capacitaram a pesquisadora a transcender barreiras teóricas e metodológicas. O reconhecimento de distintos graus de atuação e interesses particulares mantidos pelos gerentes, ETNs e governos constitui-se em questão central do gerenciamento ambiental em países em desenvolvimento.

A análise demonstra que a liberdade de tomada de decisão das subsidiárias e como isso pode relacionar-se ao desempenho ambiental deve ser investigado e teorizado segundo uma perspectiva mais realística. Em outras palavras, subsidiárias fazem parte da estrutura corporativa ao mesmo tempo em que elas desafiam essa estrutura. O caso Zeneca é um interessante exemplo de conflito com a matriz na implementação da política ambiental corporativa: os gerentes locais usam a liberdade de manobra no processo de tomada de decisão, particularmente aquela permitida pela descentralização corporativa, para rejeitar e interpretar erroneamente os requerimentos corporativos.

A maioria dos gerentes indicou que suas decisões eram baseadas em requerimentos locais (o que pode incluir uma dada obrigação legal e/ou ausência de obrigação). Paralelamente, observou-se uma ampla crença de que o estilo de gerenciamento centralizado norte-americano é mais eficiente do que o estilo descentralizado europeu. Isso parece ser causado pela incorporação forçada de padrões americanos em alguns setores industriais brasileiros. Como consequência, houve a dispensa “cultural” de outras abordagens e tecnologias muito importantes de sistemas de gerenciamento ambiental (como dos países escandinavos e da Alemanha).

As autoridades governamentais alegam levar em consideração padrões de gerenciamento ambiental de distintos contextos culturais. Entretanto, isso não apareceu nesta investigação

²³ É relevante notar que somente a partir de 2001 a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (ABIQUM) passou a divulgar os resultados agregados das avaliações ambientais que seus associados realizam, como parte do processo de Atuação Responsável, adotado desde 1992 no Brasil.

²⁴ Em 2000, havia a estimativa de que menos de 5% da população brasileira possuía acesso à internet nos domicílios (SURVEY OF GOVERNMENT, 2000, p. 04).

como um aspecto central. Tais questões devem ser desenvolvidas mais profundamente para permitir o entendimento de porquê algumas práticas ou políticas são implementadas e legitimadas mais rapidamente que outras. Dessa forma, seria mais fácil prever as questões que gerentes locais não aceitarão. A evidência indica que a aceitação ou a rejeição parecem diretamente relacionadas a mecanismos de interação desconhecidos entre cultura e preferências locais e cultura, preferências e princípios corporativos. O Brasil é um grande receptor de investimento direto estrangeiro de uma grande variedade de países e isso deveria ser gerenciado, pelas agências ambientais governamentais, como um ativo na busca de melhores abordagens de gerenciamento ambiental a serem disseminadas no Brasil.

Uma outra questão crítica é a dificuldade para obter informações que deveriam ser públicas junto às autoridades ambientais no Brasil. Fica evidente a falta de transparência apesar da recente regulamentação de acesso público à informação. Essas instituições tiveram suas capacidades operacionais seriamente deterioradas como resultado das crises governamentais na década de 1980, e no subsequente processo de reestruturação da administração pública no início dos anos 1990. Em geral, as agências ambientais estaduais não têm agilidade e criatividade necessárias para responder a novas demandas. De fato, novos requerimentos legais na área ambiental são facilmente impostos mas têm dificuldades para serem implementados.

Considerando que a falta de recursos é um aspecto endêmico das agências ambientais brasileiras, é necessário disseminar programas voluntários. Esses programas poderiam produzir um efeito-demonstração na comunidade empresarial, além de contribuir para elevar a transparência e a prestação de contas das agências ambientais. Outros atores, como os meios de comunicação e as ONGs, poderiam sistematicamente tornar públicas as empresas poluidoras bem como as melhores práticas ambientais²⁵.

²⁵ Por exemplo, as autoridades ambientais locais utilizaram-se corretamente dos meios de comunicação para divulgar os principais poluidores do rio Tietê, em São Paulo, quando iniciou o programa de recuperação em 1992. Uma abordagem similar foi seguida no Rio de Janeiro com relação aos principais poluidores da baía de Guanabara (A GRANDE LIMPEZA, 1995).

A estabilidade política e econômica desde meados dos anos 1990 e os compromissos ambientais (retóricos) das matrizes de ETNs e associações internacionais de negócios (como a Câmara Internacional do Comércio) têm tornado redundantes as desculpas das subsidiárias para seus baixos desempenhos. No entanto, as ETNs continuam a impor seus padrões (que foram hipoteticamente impostos nelas por distintos públicos nos principais mercados) em países de operação. As tentativas para adoção e implementação de padrões globais objetiva facilitar as operações mundiais, ao mesmo tempo em que elas impõem padrões similares aos seus competidores. Em resumo, este não é um caso de “ética nos negócios”, porém sim uma tentativa de controlar os ambientes institucionais onde elas operam.

Conseqüentemente, as ETNs permanecem fechadas e sem prestar contas em escala mundial, embora divulguem informações nos países onde acionistas e reguladores obrigam-nas. Até o presente momento, não há sinal de que elas mudaram a sua “lógica financeira”. Em termos mais amplos existe a arrogante premissa de que o gerenciamento de questões globais deve ser feito de acordo com as normas e padrões das sociedades industriais ocidentais (ver Thomas *apud* THOMAS & WILKIN, 1997).

Em paralelo, torna-se claro que a globalização tem enfraquecido a capacidade de regulamentação dos estados e fortalecido a influência de outros atores como as ETNs. No entanto, os resultados empíricos sugerem que importantes práticas regularmente executadas por ETNs nos países de origem não estão presentes em subsidiárias localizadas em países em desenvolvimento, como o Brasil. Os relatórios ambientais e o uso da internet para informar públicos externos são exemplos relevantes desse desequilíbrio. É então possível concluir que o esforço de pressionar subsidiárias na incorporação de questões ambientais no Brasil não deve ser deixado somente para ONGs, consumidores e comunidade locais. Infelizmente, esses importantes atores locais (de modo distinto do de suas contrapartes nos países de origem) estão mal informados sobre o que realmente acontece em termos de discursos e práticas ambientais de ETNs.

Em conclusão, o artigo sugere que análises mais realistas são necessárias, visto que as ETNs são os principais responsáveis pela geração e disseminação de conhecimento gerencial e tecnológico

relacionado às questões ambientais. Esse aspecto deve estar sujeito a uma abordagem crítica por parte das autoridades, ambientalistas e acadêmicos tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Baseado na epistemologia do realismo crítico, o presente artigo sustenta que os estudos sobre ETNs e questões ambientais produzidos no Ocidente

são enganosos porque simplificam questões de poder e linguagem. De acordo com Bhaskar, a realidade é estratificada e a atividade científica deve estar comprometida em revelar esses níveis mais profundos, suas entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis) que existem e operam no mundo, com o propósito de corrigir bem como de explicar o conhecimento mais superficial (BHASKAR, 1989, p. 12).

Ana Lúcia Guedes (guedes@fgv.br) é Ph D em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science (Inglaterra) e Professora na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE-FGV) no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVESSON, M. & WILLMOTT, H.** 1996. *Making Sense of Management. A Critical Introduction.* London : Sage.
- ANGULO, M.** 1995. Magic Realism. Social Context and Discourse. *Latin American Studies*, New York, v. 5.
- ARCHER, M.** 1995. *Realist Social Theory : The Morphogenetic Approach.* Cambridge : Cambridge University Press.
- ARCHER, M., BHASKAR, R., COLLIER, A., LAWSON, T. & NORRIE, A.** (eds.). 1998. *Critical Realism : Essential Readings.* London : Routledge.
- BARTUNEK, J. & LOUIS, M.** 1996. *Insider-Outsider Team Research.* London : Sage.
- BENNETT, S., FREIERMAN, R. & GEORGE, S.** 1993. *Corporate Realities and Environmental Truths.* Strategies for Leading your Business in the Environmental Era. New York : John Wiley & Sons.
- BHASKAR, R.** 1975. *A Realist Theory of Science.* Leeds : Leeds Books.
- _____. 1989. *The Possibility of Naturalism : A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences.* Hemel Hempstead : Harvester Wheatsheaf.
- BIRDSALL, N. & WHEELER, D.** 1993. Trade Policy and Industrial Pollution in Latin America : Where Are the Pollution Havens? *Journal of Environment & Development*, San Diego, v. 2, n. 1, p. 137-149, Mar.
- BLAIKIE, N.** 1993. *Approaches to Social Enquiry.* Cambridge : Polity Press.
- BODDEWYN, J. J.** 1988. Political aspects of MNE Theory. *Journal of International Business Studies*, Durham (N. Carol.), v. 19, n. 3, p. 341-363, Fall.
- BROWN, C.** 1994. Critical Theory and Postmodernism in International Relations. In : GROOM, A. J. R. & LIGHT, M. (eds.). *Contemporary International Relations : A Guide to Theory.* London : Pinter.
- BROWN, H. S., DERR, P., RENN, O. & WHITE, A. L.** 1993. *Corporate Environmentalism in a Global Economy.* London : Quorum Books.
- BRUNO, K.** 1992. The Corporate Capture of the Earth Summit. *Multinational Monitor*, p. 15-19, July-Aug.
- CASTELLS, M.** 1999. *O poder da identidade.* São Paulo : Paz e Terra.
- CHALMERS, A. F.** 1982. *What is This Thing Called Science?* 2nd ed. Milton Keynes : Open University Press.
- DENZIN, N. K.** 1994. The Art and Politics of Interpretation. In : DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (eds.). *Handbook of Qualitative Research.* Thousand Oaks : Sage.
- DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S.** (eds.). 1994. *Handbook of Qualitative Research.* London : Sage Publications.
- DESIMONE, L. D. & POPOFF, F.** 1997. *Eco-Efficiency. The Business Link to Sustainable*

- Development. Cambridge, Mass. : MIT Press.
- DRYZEK, J. S.** 1997. *The Politics of the Earth. Environmental Discourses*. New York : Oxford University Press.
- EDEN, S. E.** 1994. Using Sustainable Development. The Business Case. *Global Environmental Change*, v. 4, n. 2, p. 160-167.
- EISENHARDT, K. M.** 1989. Building Theories from Case Study Research. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550.
- FELDMANN, F. & SODRÉ, M. G.** 1995. O consumidor responsável. *Folha de S. Paulo*, 29.out., p. 03.
- FISCHER, K. & SCHOT, J.** (eds.). 1993. *Environmental Strategies for Industry*. International Perspectives on Research Needs and Policy Implications. Washington, DC : Island Press.
- GARCIA-JOHNSON, R.** 2000. *Exporting Environmentalism*. U.S. Multinational Chemical Corporations in Brazil and Mexico. Cambridge, Mass. : MIT Press.
- GEORGE, J.** 1994. *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction of International Relations*. Boulder, Col. : Lynne Rienner Publishers.
- GHOSHAL, S. & WESTNEY, D. E.** (eds.). 1993. *Organization Theory and the Multinational Corporation*. London : St. Martin's Press.
- GLADWIN, T.** 1987. Environment, Development and Multinational Enterprise. In : PEARSON, C. S. (ed.). *Multinationals, Environment and the Third World* : Business Matters. Durham (N. Carol.): Duke University Press.
- _____. 1993. The Meaning of Greening : A Plea for Organizational Theory. In : FISCHER, K. & SCHOT, J. (eds.). *Environmental Strategies for Industry, International Perspectives on Research Needs and Policy Implications*. Washington : Island Press.
- GLADWIN, T. N. & WALTER, I.** 1980. *Multinationals Under Fire*. Lessons in the Management of Conflict. New York : John Wiley & Sons.
- GLECKMAN, H.** 1995. Transnational Corporations' Strategic Responses to "Sustainable Development". In : BERGESEN, H. O. & PARMANN, G. (eds.). *Green Globe Yearbook*. Oxford : Oxford University Press.
- GROOM, A. J. R. & LIGHT, M.** (eds.) 1994. *Contemporary International Relations : A Guide to Theory*. London, New York : Pinter.
- GUEDES, A. L.** 1998. *Environmental Practices of Transnational Corporations in Brazil : Cases in the Chemical and Pharmaceutical Sectors*. London. Tese (doutorado em Relações Internacionais). London School of Economics and Political Science.
- GUTBERLET, J.** 1996. *Produção industrial e política ambiental*. Experiências de São Paulo e Minas Gerais. São Paulo : Konrad-Adenauer-Stiftung.
- HAMLIN, C. L.** 2000. Realismo crítico : um programa de pesquisa para as Ciências Sociais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 373-398.
- HARRÉ, R. & SECORD, P.** 1972. *The Explanation of Social Behaviour*. Oxford : Blackwell.
- HICKSON, J.** (ed.). 1997. *Exploring Management across the World*. London : Penguin Books.
- HURRELL, A. & KINGSBURY, B.** 1992. *The International Politics of the Environment*. Actors, Interests and Institutions. Oxford : Clarendon Press.
- KEOHANE, R. & NYE JR., N.** 1989. *Power and Interdependence*. 2nd ed. New York : Harper Collins.
- LAWSON, T.** 1998. Economic Science without Experimentation/Abstraction. In : ARCHER, M., BHASKAR, R., COLLIER, A., LAWSON, T. & NORRIE, A. (eds.). *Critical Realism : Essential Readings*. London : Routledge.
- LEVY, D. L.** 1995. The environmental practices and performance of transnational corporations. *Transnational Corporations*, v. 4, n. 1, p. 44-67, Apr.
- LINKLATER, A.** 1996. The Achievements of Critical Theory. In : SMITH, S., BOOTH, K. & ZALEWSKI, M. (eds.). *International Theory : Positivism & Beyond*. Cambridge : Cambridge University Press.
- MILES, M. & HUBERMAN, A.** 1994. *Qualitative Data Analysis*. London : Sage.
- MILLER, M. A. L.** 1995. *The Third World in Global Environmental Politics*. Buckingham : Open University Press.

- MONOSOWSKI, E.** 1989. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. *Cadernos Fundap*, ano 9, n. 16, p. 15-24.
- O'RIORDAN, T.** 1981. *Environmentalism*. 2nd ed. London : Pion Limited.
- OECD.** 1993. *Environmental Policies and Industrial Competitiveness*. Paris : Organization for Economic Co-operation and Development.
- OYEN, E. (ed.)** 1992. *Comparative Methodology : Theory and Practice in International Social Research*. 2nd ed. London : Sage.
- PATOMÁKI, H. & WIGHT, C.** 2000. After Postpositivism? The Promises of Critical Realism. *International Studies Quarterly*, v. 44, p. 213-237.
- PEARSON, C. S. (ed.)**. 1985. *Down to Business*. Multinational Corporations, the Environment, and Development. Washington, DC : World Resources Institute.
- PIMENTA, M.** 1987. Multinationals and Industrial Pollution Control in São Paulo, Brazil. In : PEARSON, C. S. (ed.). *Multinationals, Environment and the Third World* : Business Matters. Durham (N. Carol.): Duke University Press.
- PRINCEN, T. & FINGER, M.** 1994. *Environmental NGOs in World Politics*. Linking the Local and the Global. London : Routledge.
- RAGIN, C. & BECKER, H. (eds.)**. 1992. *What is a Case?* Exploring the Foundations of Social Inquiry. Cambridge : Cambridge University Press.
- RAPPAPORT, A. & FLAHERTY, M. F.** 1992. *Corporate Responses to Environmental Challenges*. Initiatives by Multinational Management. Westport, Conn. : Quorum Books.
- ROBERTSON, R.** 1992. *Globalisation : Social Theory and Global Culture*. London : Sage.
- ROSENZWEIG, P. M. & SINGH, J.** 1991. Organizational Environments and the Multinational Enterprise. *Academy of Management Review*, v. 16, n. 2, p. 340-361.
- SAYER, A.** 1992. *Method in Social Science : A Realist Approach*. 2nd ed. London : Routledge.
- SCHMIDHEINY, S.** 1992. *Mudando o rumo : uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Rio de Janeiro : FGV.
- SKINNER, Q. (ed.)** 1985. *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*. Cambridge : Cambridge University Press.
- SKLAIR, L.** 1995. *Sociology of the Global System*. 2nd ed. London : Prentice-Hall.
- SMITH, D. (ed.)** 1993. *Business and the Environment*. Implications of the New Environmentalism. London : Paul Chapman Publishing.
- SMITH, S., BOOTH, K. & ZALEWSKI, M. (eds.)**. 1996. *International Theory : Positivism & Beyond*. Cambridge : Cambridge University Press.
- STAKE, R.** 1994. Case Studies. In : DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. (eds.). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks : Sage.
- THOMAS, C. (ed.)**. 1993. *Rio : Unravelling the Consequences*. London : Frank Cass.
- THOMAS, C. & WILKIN, P. (eds.)**. 1997. *Globalization and the South*. International Political Economy. Basingstoke : MacMillan.
- THOMPSON, J. B.** 1981. Paul Ricoeur Hermeneutics and the Human Sciences. Essays on Language, Actions and Interpretations. Cambridge : Cambridge University Press/Editions de la Maison de Sciences de l'Homme.
- UNCTC.** 1985. *Environmental Aspects of the Activities of Transnational Corporations : a Survey*. New York : United Nations Centre of Transnational Corporations.
- _____. 1990. *The New Code Environment*. New York : United Nations Centre of Transnational Corporations.
- UNEP AND SUSTAINABILITY.** 1994. *Companies Environmental Reporting : A Measure of the Progress of Business & Industry Towards Sustainable Development*. Technical Report n. 4. London : United Nations Environmental Programme on Industry and Environment.
- UNTCMD.** 1993. *Environmental Management in Transnational Corporations : Report on the Benchmark Corporate Environmental Survey*. New York : United Nations Transnational Corporations and Management Division.
- USUNIER, J.** 1996. *International & Cross-Cultural Management Research*. London : Sage.
- WHITTINGTON, R.** 1989. *Corporate Strategies in Recession and Recovery : Social Structure*

- and Strategic Choice. London : Unwin Hyman.
- ZULAUF, W. E.** 1994. *Brasil ambiental : síndromes e potencialidades*. São Paulo : Konrad-Adenauer-Stiftung.
- YIN, R.** 1994. *Case Study Research. Design and Methods*. 2nd ed. Thousand Oaks : Sage.

OUTRASFONTES

- ABIQUIM.** 2001. *Relatório Atuação responsável*. São Paulo : Associação Brasileira das Indústrias Químicas. <http://www.abiquim.org.br/asso1.htm>. Acessos em : maio.2001; nov.2002.
- A grande limpeza. 1995. *Veja*, São Paulo, 08.mar.1995, p. 70-84.
- BASF.** 1987. *Relatório anual do grupo BASF no Brasil*. São Paulo : BASF.
- _____. 1991-1996. *Annual Report*. Ludwigshafen : BASF Group.
- _____. 1991. *Environmental Questions... and Some of the Answers*. London : BASF (UK).
- _____. 1995. *Safety and Environmental Management Directives in the BASF Group*. London : BASF.
- _____. 1996. *Environment Report*. Ludwigshafen : BASF Group.
- _____. 2001. *Meio ambiente*. São Paulo : BASF. <http://www.basf.com.br/ambiente/comp.asp>. Acesso em maio.2001.
- CIA.** 1995. *The UK indicators of performance 1994*. London : Chemical Industries Association.
- CMA.** 1995. *1994-1995 Responsible Care Progress Report*. New York : Chemical Manufacturers Association.
- DUPONT.** 1991-1996. *Annual Report*. Wilmington : DuPont Group.
- _____. 1995. *Safety, Health and the Environment Progress Report*. Wilmington : DuPont Group.
- _____. 2001. *Environmental Issues*. Wilmington : DuPont Group. <http://www.dupont.com.br/news/home/menu>. Acesso em: maio.2001.
- FRIENDS OF THE EARTH.** 1992. *Know More Toxics. Will Companies Give Citizens around the World the Right-to-Know?* London : Friends of the Earth.
- GLAXO.** s.d. *Manual de Integração de Segurança*. Rio de Janeiro : Glaxo do Brasil.
- _____. 1992. *Glaxo and the Environment*. London : Glaxo Holdings.
- _____. 1994a. *Annual Report and Accounts*. London : Glaxo Holdings.
- _____. 1994b. *GRM Environment Review*. Issue 2. London : Glaxo Wellcome.
- _____. 1995. *Glaxo in the Community*. London : Glaxo PLC.
- _____. 1996. *Annual Review*. London : Glaxo Wellcome Group.
- _____. 1997. *Half-Year, Report & Accounts*. London : Glaxo Wellcome Group.
- _____. 2001. *Meio ambiente*. Rio de Janeiro : Glaxo do Brasil. <http://www.glaxo.com.br/Menu.htm>. Acesso em : maio.2001.
- GREENPEACE.** 1992. *Beyond UNCED*. London : Greenpeace International.
- _____. 1996. *Greenpeace Business*. New York : Greenpeace EUA.
- HOECHST.** 1987. *Relatório do exercício*. São Paulo : Grupo Hoechst no Brasil.
- _____. 1990-1994. *Relatório do exercício*. São Paulo : Grupo Hoechst no Brasil.
- _____. 1991-1996. *Annual Report*. Frankfurt am Main : Hoechst Group.
- _____. 1994. *Fatos e dados*. São Paulo : Grupo Hoechst no Brasil.
- _____. 1996a. *Change*. Frankfurt am Main : Hoechst Group.
- _____. 1996b. *Environment, Safety, Health. Facts and Figures. Sites, Countries and Continents*. Frankfurt am Main : Hoechst Group.
- _____. 2001. *Reports*. <http://www.hoechst.com>. Acesso em : maio.2001.
- ICCA.** 1996. *Responsible Care Status Report*. Paris : International Council of Chemical Associations.

- LILLY.** 1993. *Annual Report to Shareholders*. Indianapolis : Eli Lilly and Company.
- _____. 1995a. *Eli Lilly no Brasil*. São Paulo : Eli Lilly and Company.
- _____. 1995b. *Worldwide Health Care Solutions*. Indianapolis : Eli Lilly and Company.
- _____. 1995-1996. *Annual Report*. Indianapolis : Eli Lilly and Company.
- _____. 2001. *Environmental Issues*. Indianápolis : Eli Lilly and Company. <http://www.elililly.com/about/overview/facilities.htm>. Acesso em : maio.2001.
- The Economist*. 1995. London, June 24th.
- The Economist*. 1996. London, July 20th.
- The World's View of Multinationals. 2000. *The Economist*, London, January 29th.
- Survey of Government and the Internet. 2000. *The Economist*, London, June 24th, Special Supplement, p .01-18.
- VCI.** 1996. *Responsible Care. Data on Safety, Health and Environmental Protection*. Berlin : Verband der Chemischen Industrie.
- ZENECA.** s.d. *Brixham Environmental Laboratory. Working for a Cleaner Environment*. Brixham, UK : Zeneca Group.
- _____. 1995-1997. *Annual Report and Accounts*. London : Zeneca Group.
- _____. 2001. *Environmental Issues*. <http://astra-zeneca.com>. Acesso em : maio.2001.